

• MINISTÉRIO DA •
INFRAESTRUTURA

AGENDA DE SUSTENTABILIDADE DO MINFRA

PERÍODO 2020 - 2022



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Tarcísio Gomes de Freitas
Ministro

Roberto Rodrigues Loiola
Chefe de Gabinete

Marcelo Sampaio Cunha Filho
Secretário Executivo

Alex de Sousa Araújo
Chefe de Gabinete

Rodrigo Otavio Moreira da Cruz
Secretário-Executivo Adjunto

Mateus Salomé do Amaral
Subsecretário de Gestão Ambiental e Desapropriações

Nerylson Lima da Silva
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Fernanda Costa de Oliveira
Subsecretária de Governança e Integridade

Fernando André Coelho Mitkiewicz
Subsecretario de Gestão Estratégica e Inovação

Natália Marcassa de Souza
Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias

Ronei Saggioro Glanzmann
Secretário Nacional de Aviação Civil

Diogo Piloni
Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

Marcello da Costa Vieira
Secretário Nacional de Transportes Terrestres

ENTIDADES VINCULADAS

José Ricardo Botelho
Diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil

Mário Povia
Diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Mário Rodrigues Júnior
Diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres

General Santos Filho
Diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Arthur Luis Pinho de Lima
Diretor-presidente da Empresa de Logística e Planejamento

Rafael Castello Branco
Diretor-presidente da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

Por meio da



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

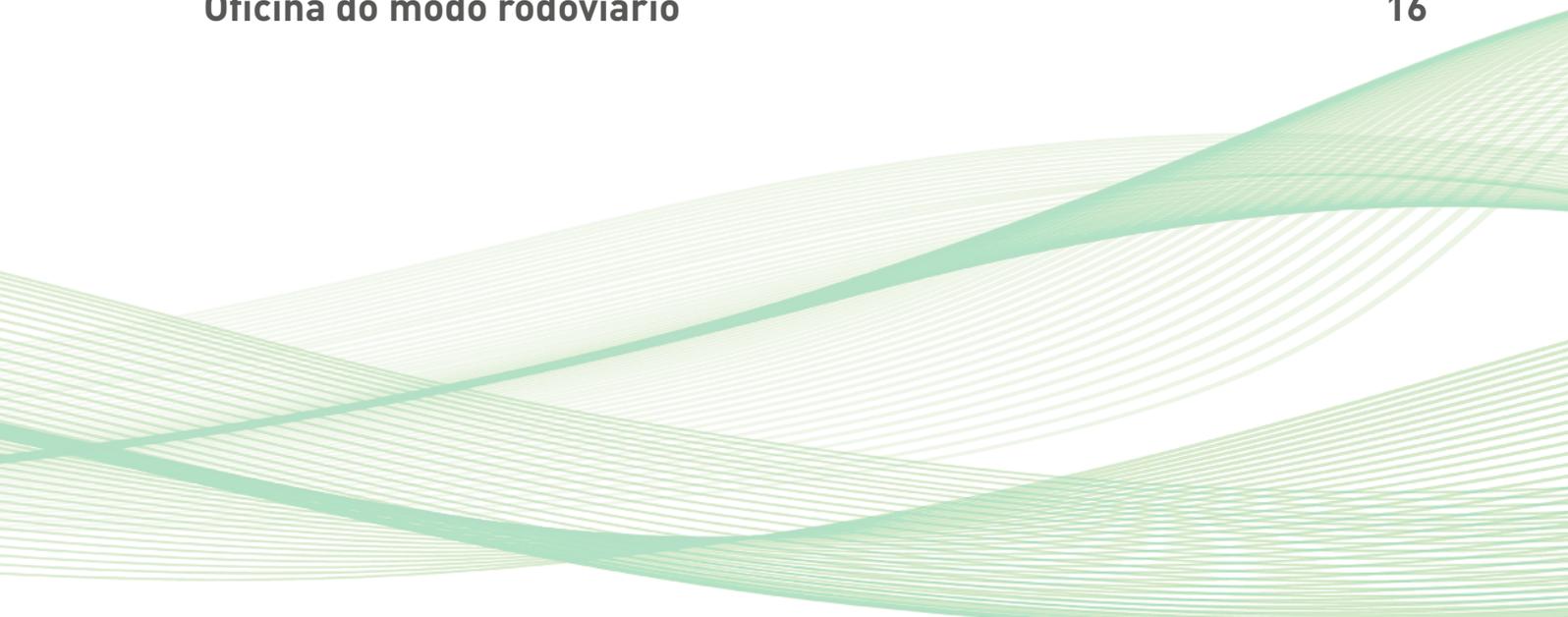
MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	6
ÁREA TEMÁTICA: PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA	7
ÁREA TEMÁTICA: MUDANÇA DO CLIMA	8
ÁREA TEMÁTICA: PROJETOS, ESTUDOS E PESQUISAS	9
ÁREA TEMÁTICA: LICENCIAMENTO AMBIENTAL	10
ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO TERRITORIAL	11
PARTICIPARAM DA ELABORAÇÃO DESTA AGENDA	12
Membros do Cogea	12
Membros do Coget	12
Outros participantes	13
Apoio	13
PARTICIPANTES DAS OFICINAS SETORIAIS	14
Oficina do modo aeroviário	14
Oficina do modo aquaviário	14
Oficina do modo ferroviário	15
Oficina do modo rodoviário	16





TORA
TORA TRANSPORTES INDUSTRIA S LTDA.
Certificada ISO 9001
www.tora.com.br

SCANIA

70km/h

SEGUNDA VIAGEM

30

APRESENTAÇÃO

As Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra representam o compromisso do setor de infraestrutura de transportes com a responsabilidade socioambiental, princípio da Política Nacional de Transportes e atributo de valor incorporado pelo Ministério da Infraestrutura no seu Mapa Estratégico.

São cinco diretrizes definidas a partir das seguintes áreas temáticas: Planejamento e Governança; Mudança do Clima; Projetos, Estudos e Pesquisas; Licenciamento Ambiental e Gestão Territorial. A operacionalização dessas Diretrizes ocorrerá com a implementação da Agenda de Sustentabilidade do MInfra.

O objetivo da Agenda é executar, de forma integrada com as unidades do Ministério e suas entidades vinculadas, as ações estabelecidas coletivamente para o triênio 2020-2022. No âmbito das cinco diretrizes foram eleitas 15 Linhas de Ação e 51 ações correspondentes.

A conjugação de esforços dos setores envolvidos na implementação desta Agenda contribuirá sobremaneira para a melhoria contínua da atuação do MInfra na gestão socioambiental e territorial dos empreendimentos de infraestrutura de transportes, garantindo a sustentabilidade do setor.



INTRODUÇÃO

O objetivo do Estado brasileiro, materializado por meio do planejamento do setor de transportes, é prover infraestruturas e serviços adequados, confortáveis, integrados, seguros, eficientes, acessíveis e sustentáveis. No cumprimento da missão de formular, coordenar e supervisionar as políticas para os transportes, o Ministério da Infraestrutura (MInfra) realiza o seu planejamento estratégico com vistas a elaborar diretrizes e definir prioridades de investimentos para planos, programas e projetos do setor.

Neste planejamento, as pautas socioambiental e territorial têm adquirido cada vez mais relevância. Isso se deve ao contexto atual de desafios para o setor, em sua tentativa de expandir e integrar a extensa malha dos diferentes modos no transporte de mercadorias e de passageiros de forma sustentável e socialmente responsável. A racionalização no uso da matriz de transportes, a prevenção de riscos, especialmente aqueles derivados das questões climáticas, bem como a consideração das especificidades territoriais, são considerados fatores determinantes para a atração e a rentabilidade de novos investimentos.

Visando atender ao conjunto de atributos necessários ao exercício da responsabilidade socioambiental, bem como do planejamento e da integração territorial, como forma de implementar a Política Nacional de Transportes, o MInfra incluiu ambas as pautas no Planejamento Estratégico do setor, realizado em 2019.

Desse processo resultaram dois documentos. O primeiro, intitulado Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra, contém o conjunto de princípios e diretrizes que orienta a política de infraestrutura de transportes. Trata-se de um documento estratégico e orientador, alinhado aos modos de transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário. Este documento, além de orientar, visa coordenar a atuação do MInfra com suas entidades vinculadas, mas irá promover interfaces do setor de transportes com os demais setores relacionados às questões socioambientais e territoriais.

O segundo documento, de caráter operativo, constitui esta Agenda de Sustentabilidade do MInfra: Período 2020 – 2022. Nele estão sintetizadas as cinco diretrizes e respectivas áreas temáticas, as 15 linhas de ação e as 51 ações priorizadas no planejamento. Tais ações envolvem os diferentes modos de transportes de forma convergente, considerando as especificidades setoriais e territoriais.

Voltada a definir o horizonte de ações previstas para o triênio 2020-2022, esta Agenda foi concebida com o objetivo de fomentar a sinergia e a integração entre os esforços despendidos pelos diversos atores do setor, refletindo-se em instrumento capaz de balizar as entregas que se pretende fazer no período de cada gestão presidencial.

O presente documento foi objeto de análise, discussão, aperfeiçoamento e validação de diversos atores, dentro de uma abordagem participativa, colaborativa e integrativa. É o produto de uma interação afinada da equipe do Ministério e de suas entidades vinculadas por meio do Comitê de Gestão Ambiental (Cogea) e o Comitê de Gestão Territorial (Coget), os dois colegiados que possuem a incumbência de tratar de matérias relacionadas à gestão ambiental e territorial no setor de transportes.

Esta Agenda enseja o compromisso formal do setor no cumprimento das ações elencadas. Para que isso se efetive, recomenda-se a elaboração de planejamento para cada uma das ações previstas, com detalhamento de prazos, responsáveis, colaboradores e outras informações pertinentes, bem como o estabelecimento de uma sistemática de monitoramento. Esses processos deverão estar alinhados o máximo possível às metodologias e ferramentas utilizadas na gestão de projetos do MInfra.

ÁREA TEMÁTICA: PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA

Considerando a expansão e a modernização da infraestrutura de transporte, torna-se fundamental incorporar as variáveis socioambiental e territorial nas fases de concepção, implantação e operação de planos, programas e projetos. Assume relevância, para isso, a adoção de instrumentos capazes de ampliar o desempenho socioambiental em todos os modos de transporte, bem como o aperfeiçoamento das modelagens regulatórias. É também indispensável consolidar canais de comunicação, articulação e interação interinstitucional, com o fomento do diálogo, por meio de colegiados e espaços internos que privilegiem a integração das diversas áreas, bem como integrar sistemas de informação, disponibilizando-os para a sociedade. Outro pilar para a inserção de aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas refere-se ao desenvolvimento de capacidade técnica do pessoal do MInfra e vinculadas em ambas as temáticas.

DIRETRIZ 1	Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte.	
Linha de ação	nº	Ação
Linha de ação 1.1 – Fortalecer o planejamento integrado do sistema de transportes considerando a questão socioambiental e territorial.	1.1.1	Incorporar os aspectos socioambientais e territoriais nos planos estratégicos do setor.
	1.1.2	Promover a integração socioambiental e territorial entre as instituições e monitorar o cumprimento das Diretrizes e da Agenda 2020-2022 por intermédio do Cogea e Coget.
	1.1.3	Integrar os sistemas de informações ambientais e as bases de dados territoriais do MInfra e suas vinculadas, e disponibilizar para a sociedade.
Linha de ação 1.2 – Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação.	1.2.1	Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte.
	1.2.2	Criar ou aperfeiçoar normativos relacionados à elaboração de estudos para estruturação de concessões e obras públicas, no que se refere aos aspectos socioambientais e territoriais.
	1.2.3	Elaborar propostas para aperfeiçoamento da modelagem regulatória no que tange aos aspectos socioambientais e territoriais.
	1.2.4	Aperfeiçoar e padronizar, no que for possível, os aspectos socioambientais e territoriais nos programas de exploração da infraestrutura.
	1.2.5	Definir e estruturar conteúdo do relatório socioambiental para os contratos de concessão.
Linha de ação 1.3 – Consolidar canais de comunicação, articulação institucional e interação.	1.3.1	Realizar eventos sobre questões socioambientais e territoriais de relevância para o setor de transportes.
	1.3.2	Criar mecanismos que fomentem maior integração entre as áreas de projetos/ obras e as áreas socioambientais e territoriais.
	1.3.3	Criar espaço para aproximação com órgãos ambientais estaduais.
	1.3.4	Criar mecanismos de divulgação, intercâmbio e estímulo de boas práticas.
	1.3.5	Estruturar os programas de educação ambiental e comunicação social nos programas ambientais relacionados ao licenciamento ambiental.
	1.3.6	Elaborar e implementar plano de comunicação para a área socioambiental e territorial.
	1.3.7	Instituir fóruns de discussão dos setores regulados, com a participação do regulador, dos operadores e da sociedade para debater questões socioambientais.
Linha de ação 1.4 - Promover o desenvolvimento de capacidades para a gestão socioambiental e territorial.	1.4.1	Estruturar e implementar Programa de Capacitação Continuada na área Socioambiental e Territorial.

ÁREA TEMÁTICA: MUDANÇA DO CLIMA

É crescente o reconhecimento da necessidade de integrar a mudança do clima nas trajetórias de desenvolvimento dos países. As estratégias para isso envolvem ações de mitigação e adaptação em todos os setores da economia, mas se revestem de especial importância em relação à infraestrutura. O setor de transportes já possui o Plano Setorial de Transporte e Mobilidade Urbana (PSTM) para a mitigação e adaptação à mudança do clima. O desafio atual consiste em internalizar as medidas já definidas e convertê-las em ações concretas para o setor. Isso demanda um planejamento integrado que induza a maior racionalidade em relação à eficiência econômica e à redução de emissões de gases, produzindo um conjunto de medidas capaz de antecipar problemas e contingências geradas pelo clima e que ofereça segurança tanto para os empreendimentos quanto para os usuários e os investidores nos ativos de infraestrutura.

DIRETRIZ 2	Promover a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes.	
Linha de ação	nº	Ação
Linha de ação 2.1 - Promover a institucionalização do tema de mudança do clima, seja adaptação ou mitigação, garantindo a sua integração e consideração nas atividades e projetos do Ministério e suas vinculadas.	2.1.1	Estabelecer parcerias com universidades, academia, cooperação técnica, institutos de pesquisa, bancos de fomento, entre outros, para estudos de adaptação à mudança do clima.
	2.1.2	Incentivar a participação nos fóruns de discussão nacionais e internacionais que tratam de mudança do clima.
	2.1.3	Estudar formas de conceder incentivos para os empreendimentos que aplicam a gestão de riscos climáticos e a mitigação de emissões de GEE.
	2.1.4	Realizar levantamento dos normativos do setor (instruções para projetos, manuais, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), estruturação para concessões ou outras parcerias, normas de engenharia), para revisão à luz dos novos desafios impostos pela mudança do clima.
	2.1.5	Estabelecer processo continuado de capacitação em adaptação e mitigação da mudança do clima no âmbito do MInfra e vinculadas.
Linha de ação: 2.2 - Promover a gestão de riscos climáticos e adaptação à mudança do clima da infraestrutura de transportes.	2.2.1	Considerar os riscos climáticos e as ações de adaptação na formulação dos procedimentos, critérios e normas, sempre que pertinente.
	2.2.2	Realizar estudos de vulnerabilidade aos riscos climáticos do setor de infraestrutura de transporte, com avaliações gradualmente mais completas e, sempre que possível, econômicas, visando subsidiar tomadas de decisões.
	2.2.3	Institucionalizar a consideração de riscos climáticos e a promoção de ações de adaptação nos instrumentos de planejamento do setor.
	2.2.4	Coletar, sistematizar e divulgar informações de impactos causados por eventos climáticos nas infraestruturas de transporte do País, adaptando e incorporando sua exigência nos instrumentos de coleta de informações já existentes ou estabelecendo novos mecanismos.
Linha de ação 2.3 - Adotar e promover medidas de mitigação da mudança do clima, visando à redução de emissões de GEE no setor.	2.3.1	Considerar gradualmente variáveis relacionadas à emissões de GEE nos planos estratégicos do setor, buscando incorporar a precificação de carbono nos critérios de decisão econômicos.
	2.3.2	Realizar levantamento dos fundos verdes internacionais (green bonds) e suas condicionantes em mudança do clima, visando considerá-los na concepção de projetos do setor.

ÁREA TEMÁTICA: PROJETOS, ESTUDOS E PESQUISAS

O foco desta diretriz é o aprimoramento contínuo dos instrumentos legais e normativos, bem como o desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos capazes de inserir as dimensões socioambiental e territorial nas ações de infraestrutura. Em termos de marcos legais, as ações previstas visam aperfeiçoar leis e instrumentos normativos que contribuam para equilibrar as condicionantes socioambientais e territoriais com aspectos econômicos e de engenharia. Para isso, é fundamental contar com pesquisas tecnológicas e com inovações nas temáticas socioambientais, bem como aprimorar os instrumentos utilizados para a contratação de serviços. Com o estabelecimento de custos referenciais e de parâmetros para dimensionar a execução dos serviços haverá maior segurança e eficiência das licitações e na qualidade dos produtos obtidos.

DIRETRIZ 3	Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental.	
Linha de ação	nº	Ação
Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial.	3.1.1	Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra.
	3.1.2	Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor nos normativos socioambientais.
Linha de ação 3.2 - Ampliar e fortalecer as atividades de pesquisa em tecnologias e inovações do setor de transporte.	3.2.1	Fomentar a aplicação da verba de investimento tecnológico nas temáticas socioambientais e territorial.
	3.2.2	Criar repositório de publicações científicas e incentivar publicação de artigos técnicos sobre as temáticas socioambiental e territorial.
	3.2.3	Buscar parcerias com universidades, academia, cooperação técnica, institutos de pesquisa, bancos de fomento, startups, entre outros, para estudos na temática socioambiental e territorial.
Linha de ação 3.3 - Aprimorar instrumentos utilizados para contratação de estudos, projetos e pesquisas.	3.3.1	Estabelecer ou revisar custos referenciais e metodologia de dimensionamento para elaboração de estudos e cumprimento de condicionantes ambientais, preferencialmente de forma integrada entre os modais e considerando as especificidades de cada um.
	3.3.2	Estabelecer ou revisar custos referenciais e metodologia de dimensionamento para elaboração de estudos e execução de serviços de desapropriação, reassentamento e regularização de áreas afetadas à infraestrutura, preferencialmente de forma integrada entre os modais e considerando as especificidades de cada um.
	3.3.3	Modelar contratação de serviços/produtos de desapropriação e reassentamento por meio de atas de registro de preços.

ÁREA TEMÁTICA: LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O MInfra vem atuando de maneira enérgica para tornar o licenciamento ambiental de seus empreendimentos mais ágil, eficiente e eficaz. Isso demanda articulações interinstitucionais, especialmente no que se refere à discussão da Lei Geral do Licenciamento, em discussão no Congresso Nacional. O foco é otimizar o desempenho socioambiental dos empreendimentos de infraestrutura de transportes por meio de ações que tragam resultados estruturantes para todos os modais e que busquem assegurar maior eficiência processual. Para isso, a gestão das informações assume relevante papel, tornando-se imperioso evoluir no desenvolvimento de mecanismos que possibilitem o armazenamento, a integração e a disponibilização das informações relativas ao licenciamento ambiental no âmbito do Governo Federal. O intuito é desburocratizar e tornar o processo mais ágil e transparente mediante o aperfeiçoamento das soluções tecnológicas, dos sistemas informacionais e das plataformas de difusão existentes.

DIRETRIZ 4		Fortalecer a gestão de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes, visando que sejam céleres.	
Linha de ação	nº	Ação	
Linha de ação 4.1 - Assegurar a eficiência processual possibilitando maior agilidade nas etapas de licenciamento ambiental	4.1.1	Propor a padronização dos Planos e Programas Ambientais.	
	4.1.2	Propor a padronização de Termos de Referência dos estudos ambientais.	
	4.1.3	Estabelecer fórum de acompanhamento institucional dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de infraestrutura em todos os modais junto aos órgãos ambientais licenciadores.	
	4.1.4	Implementar agenda com órgãos envolvidos no licenciamento ambiental para discussão de aspectos pontuais e gerais relacionados aos empreendimentos de transportes.	
	4.1.5	Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor na Lei Geral de Licenciamento.	
	4.1.6	Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor na regulamentação da forma de consulta referente à OIT 169.	
Linha de Ação 4.2 – Aprimorar a gestão da informação sobre licenciamento ambiental.	4.2.1	Desenvolver a estruturação e a sistematização das informações ambientais produzidas pelas entidades vinculadas, considerando soluções tecnológicas existentes.	
	4.2.2	Promover a adoção do Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (Sigesa) como plataforma de acompanhamento dos empreendimentos no âmbito do MInfra.V	

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO TERRITORIAL

No âmbito do MInfra, a gestão territorial corresponde a um conjunto de procedimentos relativos à administração dos bens imóveis sobre os quais estão assentados ou projetados elementos da infraestrutura de transportes. A gestão adequada desses ativos exige conhecer, regularizar e assenhorar-se de um enorme patrimônio, exigindo forte consideração de aspectos legais, socioambientais e territoriais. Tal demanda passa, necessariamente, pelo aprimoramento da gestão da informação territorial, o que requer estruturar uma base de dados unificada e atualizada sobre tais ativos. Isso permitirá promover a regularização de áreas e dotá-las de documentos imobiliários capazes de conferir segurança jurídica, aperfeiçoando procedimentos de desapropriação e deslocamento compulsório de populações, que se situam entre os principais desafios na execução dos empreendimentos de infraestrutura.

DIRETRIZ 5	Aprimorar os procedimentos de gestão territorial da infraestrutura de transportes, assegurando os aspectos socioambientais.	
Linha de ação	nº	Ação
Linha de ação 5.1 - Aperfeiçoar procedimentos de desapropriação e deslocamento compulsório.	5.1.1	Uniformizar entendimentos jurídicos das procuradorias no âmbito do MInfra, relevantes para a execução de procedimentos de desapropriação, afetação, desafetação de imóveis e deslocamento compulsório.
	5.1.2	Elaborar e institucionalizar o Programa Nacional de Desapropriação e Reassentamento Decorrentes de Obras de Infraestrutura de Transportes.
	5.1.3	Publicar portaria estabelecendo as diretrizes do MInfra para deslocamentos compulsórios decorrentes de obras de infraestrutura de transportes.
Linha de ação 5.2 - Aprimorar a gestão da informação territorial da infraestrutura.	5.2.1	Criar base única de informações territoriais da infraestrutura de transportes (RIT).
	5.2.2	Desenvolver e difundir o Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação e Reassentamento (SGPDR).
	5.2.3	Elaborar normativo para exigir georreferenciamento nos padrões oficiais em todos os processos que envolvam questões territoriais dos empreendimentos de transportes.
	5.2.4	Consolidar e integrar base de dados de vulnerabilidade socioeconômica.
Linha de ação 5.3 - Promover a regularização de áreas afetadas à infraestrutura.	5.3.1	Estruturar e implementar Programa de Regularização das Áreas de Infraestrutura de Transportes.

PARTICIPARAM DA ELABORAÇÃO DESTA AGENDA

Presidente do Comitê de Gestão Ambiental (Cogea) e do Comitê de Gestão Territorial (Coget)
Mateus Salomé do Amaral

Membros do Cogea

Secretaria Executiva/Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações

Larissa Carolina Amorim dos Santos
Rodrigo Baudson Godoi e Silva

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias

Marcello Calado Vieira de Melo
Tetsu Koike

Secretaria Nacional de Aviação Civil

Emerson Rodrigues André Melo
Marcus Henrique Gonzaga Pires
Wagner Roberto Sacco

Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

Júlio César de Sousa dias

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres

Fernanda de Souza Barbosa
Liane de Moura Fernandes Costa
Paulo Cezar Dias de Alencar

Agência Nacional de Aviação Civil

Henrique Costa Tavares
Ricardo Antonio Binotto Dupont

Agência Nacional de Transportes Aquaviários

José Renato Ribas Fialho
Marcos Maia Porto

Agência Nacional de Transportes Terrestres

Daniele Nunes de Castro
Rodolfo Ikaró Pinto Lima
Rodrigo Marques de Oliveira

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

João Felipe Lemos Cunha
Ruy Emmanuel Silva de Azevedo

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

Fued Abrão Júnior
Luis Eduardo Paris

Empresa de Planejamento e Logística

Antonio Queiroz Barreto Paris
Paula Durante Tagliari

Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Alex Paiva Rampazzo
Marcello Anastácio

Membros do Coget

Secretaria Executiva/Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações

Bruno Marques dos Santos Silva
George Yun

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias

Marcello Calado Vieira de Melo
Tetsu Koike

Secretaria Nacional de Aviação Civil

Angela Akemi Goto Nakahori

Patrícia Pinto Gonçalves

Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

Igor Xavier de Araújo Costa
Vitor Brasil Paixão da Costa

Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Renato Hugo Reis Borges
Renildo Barros da Silva Júnior

Agência Nacional de Transportes Terrestres

Arlena Covalesky Dias
Valdeylson Alves

Andreia de Castro Silveira

Angélica Resende
Renato Ribeiro Filho

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Michele Fragoso
Yonara Patrícia Prado Lôbo

Empresa de Planejamento e Logística

Antonio Queiroz Barreto Paris
Paula Durante Tagliari

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária**Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.**

Alex Paiva Rampazzo
Marcello Anastácio

Outros participantes**Secretaria Executiva/Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações**

Fani Mamede
Renata Helena da Silva
Vítor Hugo Jorge Lins

Secretaria Executiva/Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Oscar Brandão Muniz

Assessoria Especial de Controle Interno

Antonio Afonso da Silva
Geraldo Mourão da Silva

Apoio

Realizado com o apoio da Iniciativa Internacional para o Clima (IKI, sigla em alemão) por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. O Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear (BMU, sigla em alemão) apoia esta iniciativa com base numa decisão adotada pelo Bundestag

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Equipe GIZ:
Ana Carolina Câmara
Eduarda Freitas
Luciana Mara Alves

Consultores GIZ:
Alexandre Gross
Sonia Pereira
Tatiana Espíndola

PARTICIPANTES DAS OFICINAS SETORIAIS

Oficina do modo aeroviário

Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)

Ricardo Antonio Binotto Dupont

Henrique Costa Tavares

Daniel Marcello Calçado

Marcos Paulo Gonçalves

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)

Fued Abrão Junior

Arthur Neiva Fernandes

Angélica Resende

Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC)

Wagner Roberto Sacco

Jackeline Gonçalves de Oliveira

Leandro Guarnieri Miozzo

John Weber Rocha

Rafaela Côrtes

Secretaria Executiva/Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações (SGAD)

Bruno Marques dos Santos Silva

Fani Mamede

George Yun

Larissa Carolina Amorim dos Santos

Mateus Salomé do Amaral

Renata Helena da Silva

Rodrigo Baudson Godoi e Silva

Vítor Hugo Jorge Lins

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP)

Joaquim Carlos Soutinho Neto

Empresa de Planejamento e Logística (EPL)

Carlos Eduardo de Castro

Og Arão Vieira Rubert

Antonio Queiroz Barreto

BH Airport – Aeroporto Internacional Tancredo Neves/ Confins

Douglas Gameiro

RIOgaleão – Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim/ Galeão

Milena Maria Martorelli

Adriana de Souza Machado

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Ana Carolina Câmara

Eduarda Freitas

Luciana Alves

Alexandre Gross - consultor

Sonia Pereira - consultora

Tatiana Espíndola - consultora

Oficina do modo aquaviário

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

José Renato Ribas Fialho

Marcos Maia Porto

Renato Hugo Reis Borges

Maria Luiza A. Gusmão

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP)

Joaquim Carlos Soutinho Neto

Secretaria Nacional de Portos e Transportes

Aquaviários (SNPTA)

Igor Xavier de Araújo Costa

Fábio Teixeira

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit)

Mariana Vaini de Freitas

Fernando Victor de Carvalho

Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba)

Thales Cardoso

Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP)

Renata Gomes da Cruz Cardoso

Associação de Terminais Portuários Privados (ATP)

Luciana Guerise
Roberta Vaz
Christiano Pereira

Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp)

Ieda Passos Theophilo G. de Oliveira

Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)

Handley Abreu Corrêa

Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap)

Luane Lemos Agostinho

Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop)

Maria Cristina Dutra
Elizabete Ramos

Secretaria Executiva/Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações (SGAD)

Bruno Marques dos Santos Silva
Fani Mamede
George Yun
Larissa Carolina Amorim dos Santos
Mateus Salomé do Amaral
Renata Helena da Silva
Rodrigo Baudson Godoi e Silva
Vítor Hugo Jorge Lins

Empresa de Planejamento e Logística (EPL)

Estela Dalpim Castellari
Júlio César Magalhães de Almeida

Brasil Terminal Portuário (BTP)

Elisabete Ramos

Porto de Itajaí

Médelin Pitrez

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Ana Carolina Câmara
Eduarda Freitas
Luciana Alves
Alexandre Gross - consultor
Sonia Pereira - consultora
Tatiana Espíndola - consultora

Oficina do modo ferroviário

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT)

Liane de Moura Fernandes Costa
Paulo Cezar Dias de Alencar
Nilton Cesar de Souza
Cibele Dutra de França
Mário de Paula Guimarães Gordinho Filho
Péricles Tadeu da Costa Bezerra

Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A

Alex Paiva Rampazzo
Marcello Anastácio

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit)

Júlio Cesar Maia
Yonara Patrícia Prado Lôbo

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

Adriano Soares da Costa

Secretaria Executiva/Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações (SGAD)

Bruno Marques dos Santos Silva
Fani Mamede
George Yun
Larissa Carolina Amorim dos Santos
Mateus Salomé do Amaral
Renata Helena da Silva
Rodrigo Baudson Godoi e Silva
Vítor Hugo Jorge Lins

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP)

Joaquim Carlos Soutinho Neto

Empresa de Planejamento e Logística (EPL)

Carlos Eduardo de Castro
Og Arão Vieira Rubert
Antonio Queiroz Barreto

Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF)

Ellen Capistrano Martins

MRS Logística S.A.

Angélica de Luca

Transnordestina Logística S.A.

Joana Darc Nascimento

VALE S.A.

Marcelo Guimarães Correa

VLI Multimodal S.A.

Itamar Lucas Magalhães

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Ana Carolina Câmara
Eduarda Freitas
Luciana Alves
Alexandre Gross - consultor
Sonia Pereira - consultora
Tatiana Espíndola - consultora

Oficina do modo rodoviário**Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)**

Fernando Caixeta
Gustavo Thomé
Rodolfo Ikaro Pinto Lima

Empresa de Planejamento e Logística (EPL)

Carlos Eduardo de Castro
Og Arão Vieira Rubert
Antonio Queiroz Barreto

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit)

Ruy Emmanuel Silva de Azevedo
Yonara Patrícia Prado Lôbo

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT)

Liane de Moura Fernandes Costa
Paulo Cezar Dias de Alencar
Nilton Cesar de Souza
Cibele Dutra de França

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP)

Testu Koike

Joaquim Carlos Soutinho Neto

Secretaria Executiva/Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações (SGAD)

Bruno Marques dos Santos Silva
Fani Mamede
George Yun
Mateus Salomé do Amaral
Larissa Carolina Amorim dos Santos
Renata Helena da Silva
Rodrigo Baudson Godoi e Silva
Vítor Hugo Jorge Lins

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Ana Carolina Câmara
Eduarda Freitas
Luciana Alves
Alexandre Gross - consultor
Sonia Pereira - consultora
Tatiana Espíndola - consultora



• MINISTÉRIO DA • **INFRAESTRUTURA**



Acesse o site e saiba mais sobre os
projetos do Ministério da Infraestrutura



Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

Por meio da

giz

Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL